

Metodologias Feministas: A Reflexividade ao serviço da Investigação nas Ciências Sociais¹

Sofia Neves²

Universidade Católica Portuguesa

Conceição Nogueira

Universidade do Minho

Resumo

Nos últimos anos as metodologias feministas têm influenciado fortemente a psicologia e as ciências sociais em geral, trazendo para o domínio da investigação novas possibilidades de pesquisa e de entendimento das dinâmicas sociais. A denominada crise positivista, muito marcada pelas críticas feministas à objectividade e neutralidade da ciência, legitimou a emergência de portentosas ferramentas analíticas, entre as quais a reflexividade. Este artigo explora a importância da adopção da reflexividade no processo de investigação e a sua influência na construção de uma ciência mais responsável. São discutidos os pontos de convergência entre a reflexividade e os pressupostos que presidem à utilização das metodologias feministas na psicologia.

Palavras-chave: Metodologias feministas; reflexividade; ciências sociais.

Feminist Methodologies: Reflexivity in Social Sciences Research

Abstract

In recent years feminist methodologies has greatly influenced psychology and social sciences in general, bringing up to the research field new possibilities of analysis and knowledge about social dynamics. The positivist crisis, affected in a large extent by feminist critics related with objectivity and neutrality of science, legitimated the emergence of potent analytic tools, among them reflexivity. This paper explores the importance of adopting reflexivity in the research process and its influence in the construction of a more responsible science. Convergent topics between reflexivity and the principles that underlie feminist methodologies in psychology are discussed.

Keywords: Feminist methodologies; reflexivity; social sciences.

Theory is only useful insofar as it leads to practice. (Hill, Bond, Mulvey & Terenzio, 2000)

As ciências sociais, durante décadas, invocaram a chancela da objectividade como pilar de garantia da produção de discursos científicos independentes, fidedignos, verdadeiros e universais (Breuer, Mruck & Roth, 2002; Neves & Nogueira, 2003; Nogueira, 1996; Miller, 2000; Tittoni & Jacques, 1998). Tentando criar a impressão de que os seus produtos seriam eles mesmos objectivos, as ciências sociais foram sustentando a crença de que o conhecimento científico não poderia ser senão autónomo da pessoa que o produzia (Breuer & cols., 2002), o que lhe deferia um rigor e uma imparcialidade inquestionáveis.

As abordagens positivistas da ciência, cujo legado se mantém visível nas práticas e metodologias de investigação científica actuais, ao encorajar a neutralidade e a isenção dos/as investigadores/as face a todo o processo de pesquisa e de interpretação dos resultados dele provenientes, perpetuaram a visão do/a cientista alheado/a do seu objecto de conhecimento e de *costas voltadas* para a repercussão que a sua própria subjectividade causava no modo como lia e analisava os elementos observados. O ideal do/a cientista competente seria

compatível, por isso, com a imagem do/a cientista despido/a das suas crenças, valores e ideologias e convenientemente desatento/a aos factores sociais, culturais, históricos e políticos que enformavam as performances dos/as actores/actrizes sociais com os/as quais interagira (face-a-face ou virtualmente).

Como refere Nogueira (2003), “falar de conhecimento e assumi-lo como algo de pertença individual tem sido a marca das ciências sociais e da psicologia desde os seus primórdios” (p. 3). Esta tendência para excluir o social e o conjuntural das formulações do conhecimento, associada à aparente ilusão de controlo da objectividade, fez emanar, por parte de novas correntes epistemológicas (Ex.: o construcionismo social, o constructivismo radical, Jarvilehto, 1999 citado em Breuer & Roth, 2003, o feminismo crítico, o pós-modernismo), uma série de críticas ao positivismo e às abordagens estruturalistas e essencialistas, críticas essas patenteadas na defesa de formas inovadoras de ler e construir a realidade e os discursos dos/as seus/suas múltiplos/as agentes.

A lógica destas novas correntes epistemológicas examina e desmonta os sustentáculos do conhecimento que configuram a era da modernidade, conforme enuncia Gonçalves (1995), apoiando-se nas definições de Ibáñez: 1) o conhecimento é válido se for uma representação correcta, 2) o objecto é um elemento constitutivo do mundo, 3) a realidade é independente de nós e 4) a verdade é um critério de decisão (pp. 99-100).

Os autores DeLamater e Hyde (1998) – os quais se basearam nas considerações que constam do tratado de Berger e Luckmann (1966), realizado a propósito do paradigma construcionista -

¹ Este texto resultou de uma comunicação apresentada no V Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção, realizado entre os dias 12 e 15 de Maio de 2004 na Universidade do Minho, Campus de Gualtar, Braga, Portugal.

² Endereço para correspondência: aneves@iep.uminho.pt

referem que o desmontar das premissas atrás enunciadas motivou a emergência de um conjunto de outras que redundam na possibilidade de um conhecimento científico não só mais rico, como mais viável. São elas: 1) A nossa experiência do mundo é ordenada, o que faz com que as nossas percepções a seu respeito não sejam caóticas. Experimentamos o mundo como uma realidade objectiva, composta por eventos e pessoas que existem independentemente da nossa percepção; 2) A linguagem é o factor que dá sentido ao mundo, providenciando-nos categorias ou tipificações que usamos para classificar os acontecimentos e as pessoas; 3) A realidade quotidiana é partilhada por nós com as outras pessoas. Este carácter partilhado, ou intersubjectivo, distingue a realidade quotidiana das nossas realidades ideossincráticas, sendo a linguagem o meio que nos permite tornar as nossas experiências acessíveis aos outros; 4) As tipificações partilhadas da realidade institucionalizam-se e tornam-se usuais, facilitando as interacções. Os mecanismos de controlo social são então desenvolvidos para perpetuá-las; e, 5) O conhecimento pode ser institucionalizado a um nível societal ou subgrupal.

Assim, a auscultação de questões relacionadas com o enquadramento social do conhecimento, com o território ocupado pela linguagem na produção e reprodução de significados partilhados, com a influência das conjunturas sócio-históricas e políticas na criação e sustentação de relações hierarquizadas entre as pessoas e com as coordenadas espaço-temporais específicas conducentes à edificação de discursos científicos particulares (Gergen, 2001) ganha contornos de indispensabilidade no âmbito destas novas abordagens que se afirmam contra a concepção de uma ciência una e universal.

De entre as várias abordagens críticas que levantaram a voz contra a manutenção de um sistema científico orientado para a individualidade, alienado das estruturas envolventes (assinaladamente estruturas de poder) e francamente androcêntrico (Amâncio, 1994; Collin, 1991), as correntes feministas tiveram seguramente um papel de relevo (Harding, 1996), pelo facto de terem reiterado a inevitabilidade de se contestar a ordem dominante das ciências sociais, que para além de redutora, dado o seu carácter restritivo e não inclusivo, se tornou também opressora e limitadora das especificidades culturais e da diversidade societal.

Desde os anos 1970 que as críticas feministas dirigidas ao carácter universalista das ciências sociais se têm focado fundamentalmente em dois aspectos, o metodológico e o sócio-estrutural (Unger, 2001). Ambos têm permitido um claro reequacionar de um conjunto saliente de questões subjacentes à responsabilidade que os/as investigadores/as detêm no exercício das suas tarefas de investigação. Este pressuposto da responsabilidade parece estar, do nosso ponto de vista, directamente relacionado com a adopção da reflexividade no desempenho da labuta científica. A reflexividade, aplicada à análise das relações de poder, da igualdade e da moldura sócio-histórica dos percursos da investigação, ganha uma importância capital neste contexto de contenda à modernidade.

Este texto concentra a sua análise na reflexividade enquanto prática auxiliadora da desconstrução do paradigma moderno nas ciências sociais. Por serem um modelo demonstrativo da relevância da

utilização da reflexividade ao serviço das ciências sociais, as metodologias feministas irão ser aqui apontadas a exemplo de como os/as investigadores/as podem analisar e reflectir intencionalmente sobre os mais variados aspectos inerentes ao seu trabalho de investigação, com o objectivo de produzir matéria discursiva significativa.

A Reflexividade e as Ciências Sociais

Qué es el “conocimiento psicossocial” y la cuestión más general que la engloba, en qué consiste “conocer” son interrogaciones que distan mucho de haber sido respondidas. La formas de enfocar sus respuestas son múltiples, pero desde un punto de vista del pensamiento crítico ese enfoque ha de ser necesariamente reflexivo. (Garay, Iniguez, & Martínez, 2001, p. 1)

A importância da adopção de métodos reflexivos nas Ciências Sociais começou a ser advogada a partir da denominada crise positivista, nos anos 60 (Santos, 1998). As noções de subjectividade e reflexividade foram defendidas pelas epistemologias pós-modernas e pós-estruturalistas, bem como pelo construcionismo social, as quais desafiaram a pesada herança deixada pela maioria das ciências modernas, como a Psicologia e a Sociologia (Nelson & Prilleltensky, 2004).

Salzman, em 2002, refere que a reflexividade é uma característica distintiva dos/as pós-modernistas, uma vez que os/as distancia dos/as modernistas, dos/as objectivistas, dos/as empiricistas e da inclinação positivista que os/as faz supor que os seus elementos pessoais não interferem, nem determinam os seus achados.

Advogar que a investigação crítica deve ser toda ela baseada no valor da reflexividade (Alvesson & Sköldbberg em 2000, citado em Nelson & Prilleltensky, 2004) implica equacionar certos princípios: a) a adopção de *designs* de investigação flexíveis; b) a promoção da componente educacional para todos/as, incluindo a comunidade em geral; c) a desmistificação da convicção de que o conhecimento científico é propriedade apenas dos/as especialistas, mostrando que ele é e deve ser efectivamente pertença de todos/as; d) o envolvimento de todos/as na interpretação dos resultados e na criação de recomendações para a mudança; e, e) o favorecimento de oportunidades para que todos/a possam co-apresentar e ser co-autores/as nos relatórios de investigação elaborados, os quais devem contemplar experiências e perspectivas pessoais (Nelson, Ochocka, Griffin & Lord, 1998 citado em Nelson & Prilleltensky, 2004).

Nas últimas duas ou três décadas, a natureza construída do conhecimento humano tem sido salientada por diversos/as autores/as, os/as quais defendem que todo e qualquer conhecimento depende do ponto de vista do sujeito epistémico (Gonçalves, 1997), não só no sentido espacial propriamente dito, mas sobretudo em termos metafóricos e gerais (Breuer & Roth, 2003).

A ciência torna-se reflexiva sempre que a relação “normal” sujeito-objecto é suspensa e, em seu lugar, o sujeito epistémico analisa a relação consigo próprio, enquanto sujeito empírico, com os instrumentos científicos de

que se serve, com a comunidade científica em que se integra e, em última instância, com a sociedade nacional de que é membro. (Santos, 1998, p. 87)

Ultrapassado o óbvio litígio entre sujeito e objecto do conhecimento sustentado pelo paradigma positivista, as abordagens críticas impuseram a ideia de que as disciplinas científicas, longe de serem “produtos naturais”, são o resultado de um conjunto de práticas sociais, historicamente contextualizadas e próprias de uma determinada sociedade (Garay & cols., 2001). Assim sendo, não podem nunca derivar de um vácuo relacional entre os/as investigadores/as, os/as investigados/as e os seus ambientes, uma vez que as referências sociais de todos se cruzam inevitavelmente no curso da investigação. A reflexividade deve, por isso mesmo, fazer-se sobre as implicações desse cruzamento de referências sociais, de maneira a favorecer um melhor entendimento das dinâmicas que se desenvolvem nos espaços de interacção. Tal como Gergen (2001) salienta, não haver relação (entre investigador/a e investigado/a) é uma impossibilidade física e social, existindo sempre uma interdependência entre as pessoas que participam no processo de investigação.

A perda de certezas instituída pelas abordagens críticas ocasionou um novo discurso científico nas Ciências Sociais, onde a multiplicidade, a reflexividade, a dúvida, a polifonia e a descentralização do sujeito e da razão aparecem como características fundamentais (Fonseca, 1998).

A reflexividade é um conceito central em toda a prática de construção do conhecimento científico (Garay & cols., 2001). Para Jonathan Potter: “...la reflexividad se refiere a un conjunto de cuestiones que se plantean cuando consideramos la relación existente entre contenido de una investigación y los escritos y las acciones de los investigadores” (p. 15).

As mesmas características podem ser identificadas nas metodologias de investigação e de intervenção de cariz feminista, já que estas resgatam o valor da reflexão e da crítica subjacente à avaliação dos efeitos da dimensão relacional e social na produção dos discursos científicos.

Provavelmente o que de melhor podemos esperar considerando a epistemologia em que nos localizamos é a oportunidade de nos tornarmos mais conscientemente reflexivos. Isto representa pensar sobre o nosso próprio pensamento, constatar e criticar os nossos próprios pré-entendimentos epistemológicos e os seus efeitos na investigação e explorar compromissos alternativos possíveis (Alvesson & Sköldbberg, 2000, citados em Johnson & Cassell, 2001).

A Reflexividade e as Metodologias Feministas na Psicologia

Taking reflexivity personally means reflecting critically on the consequences of your presence in the research process. (Ramazanoglu & Holland, 2002, p. 158)

Como tivemos já oportunidade de mencionar, as perspectivas feministas contribuíram de maneira decisória para a instauração do movimento crítico nas Ciências Sociais, propondo um processo de pesquisa que estimulava os/as investigadores/a a indagar

permanentemente as suas formulações do conhecimento (Hill & cols., 2000).

À medida que os vários movimentos feministas se foram expandindo e ganhando expressão no seio académico, muitas perguntas relacionadas com a definição apropriada de ciência, com a adequação das assunções teóricas, com os valores do empiricismo tradicional e com os métodos psicológicos mais comumente utilizados foram-se colocando inevitavelmente (Worell & Remer, 2003).

A constatação de que a ciência psicológica (e as teorias a ela afectas) havia sido alicerçada com base em elementos androcêntricos, classicistas, etnocêntricos e heterossexistas e, por consequência, notoriamente elitistas (Crawford & Kimmel, 1999; Crawford & Unger, 2000), fez com que fossem propostas revisões profundas na forma como a investigação é conceptualizada, conduzida e pensada (Worell & Remer, 2003).

O desenvolvimento de metodologias feministas na Psicologia veio colmatar um espaço de ausência quase total de tratamento e de inclusão das questões das mulheres e da igualdade na ciência (Crawford & Marecek, 1989). As metodologias feministas aparecem descritas na literatura, de uma forma genérica, como instrumentos ou estratégias de mudança social que reflectem diferentes perspectivas e teorias feministas, todas elas com um denominador comum: o princípio da igualdade entre os sexos (Ramazanoglu & Holland, 2002).

Embora os feminismos se distingam entre si, o facto é que todos eles reclamam manifestamente a igualdade entre os sexos, defendendo meios diversos de a alcançar e de a consolidar. As teorias e as perspectivas feministas que estão na base das metodologias aqui em apreciação não sustentam, por isso mesmo, um modelo patriarcal ou de exclusão do sexo masculino, mas antes uma abordagem inclusiva e propulsora da plena equidade entre os sexos na esfera pública e na esfera privada.

A investigação feminista ilustra uma clara consciência dos/as investigadores/as acerca do seu papel e envolvimento pessoal na investigação (Reinharz, 1992). Wilkinson apelidou esta consciência de *reflexividade pessoal*, representando esta uma espécie de disciplina de auto-reflexão acerca de quem somos, de como as nossas identidades – como cidadãos/ãs ocidentais, como membros de determinados grupos étnicos ou religiosos, como seres *genderizados*, como feministas – interferem no nosso trabalho e de como, por outro lado, o nosso trabalho influencia todos estes aspectos do nosso self (citado em Crawford & Kimmel, 1999).

Como faz notar Ibáñez, em 1994:

Verse con los ojos de los demás, verse en los ojos de los demás, anticipar los efectos de sentido, o de otro tipo, que producimos en los demás, entender lo que hacen o lo que pretenden los demás, en definitiva, hacer que seamos inteligibles para los otros y recíprocamente, todo ello sería imposible sin la conciencia de sí mismo que permite la reflexividad. El bucle recursivo que cierra el 'yo cognoscente' sobre el 'yo conocido' constituye en última instancia la condición de posibilidad de lo social. (p. 231)

Do ponto de vista feminista, uma análise reflexiva da investigação científica e social parte do princípio de que o conhecimento é sempre e forçosamente moldado por quadros de referência sócio-políticos. Nesse sentido, a reflexividade deve pretender acima de tudo analisar o impacto que esses quadros de referência tem na produção dos discursos científicos, quer junto da comunidade científica, quer na cultura popular (Hammarström, 1999).

A reflexividade, ao constituir-se como um exercício e um instrumento de reflexão crítica, deve estar patente a vários níveis: 1) na identificação do exercício de poder, das relações de poder e dos seus efeitos no processo de investigação; 2) na análise da teoria particular do poder que permite uma conceptualização particular das relações de poder (escondidas ou não); 3) no reconhecimento dos julgamentos éticos que enquadram a investigação e definem os limites dos valores partilhados e dos interesses políticos (isto pressupõe uma reflexão acerca de possíveis danos que possam resultar da investigação e de como isto pode ser evitado); e, finalmente, 4) na responsabilidade pelo conhecimento que é produzido (Ramazanođlu & Holland, 2002). De acordo com Ramazanoglu e Holland (2002), os/as investigadores/as reflexivos/as necessitam de desenvolver estratégias práticas e efectivas para obter a reflexividade nos quatro níveis apresentados.

A reflexividade geralmente pressupõe uma tentativa propositada de tornar explícitas as relações de poder e os exercícios de poder no processo de investigação, abarcando as intenções de perceber quais as contingências do conhecimento, como está situado/a o/a investigador/a e como foi constituída a agenda da investigação (Ramazanoglu & Holland, 2002). Os/as cientistas devem examinar as suas práticas, os seus procedimentos e os seus resultados no interior de um determinado setting social, político, histórico e de um processo ideológico característico de um tempo específico (Kimmel & Crawford, 2001).

De acordo com Haraway, as/os feministas produzem elas/ as próprias apenas uma verdade particular e limitada e devem, ao fazer investigação, responder a três questões: a) a da responsabilidade, b) a do posicionamento e c) a da parcialidade (citado em Kimmel & Crawford, 2001). Para isso os/as investigadores/as devem referir quem patrocina a investigação, quem beneficiará dos resultados alcançados, quem é o/a investigador/a, onde é que a sua carreira e os objectivos da investigação se misturam ou colidem e quais são as políticas, os valores e as crenças do/a investigador/a.

As práticas de investigação reflexivas promovem os esforços dos/as investigadores/as feministas no sentido da permanente reavaliação e requestionamento do seu trabalho e dos seus processos idealizados (Hill & cols., 2000). Que ciência produzir, com que instrumentos, com que finalidades e o que fazer com ela são apenas algumas interrogações inscritas no trajecto que a reflexividade deve percorrer. Porque as metodologias feministas

são metodologias comprometidas com valores e ideologias, logo profundamente intervencionistas, não podem deixar de estar ao serviço da mudança social. Podemos assim assinalar que as metodologias feministas são reflexivas na medida em que implicam o reconhecimento da influência dos factores sociais, históricos, culturais e políticos na construção do conhecimento (negando assim a possibilidade da neutralidade e da objectividade) e o reconhecimento do envolvimento dos/as investigadores/as na produção da ciência e dos seus discursos.

A Reflexividade e as Metodologias Feministas na Psicologia em Portugal

Para quando uma consciência feminista reflexiva na Psicologia em Portugal?

Não tem sido fácil introduzir em Portugal uma consciência reflexiva no exercício da Psicologia, quer seja nas suas práticas de investigação, quer seja nas suas práticas de intervenção. As abordagens críticas, apesar de terem vindo a conquistar terreno no seio da ciência psicológica, estão longe de ocupar o seu justo lugar na fileira dos discursos mais sonantes e audíveis dentro da Psicologia.

Mais difícil tem sido ainda dotar a Psicologia das possibilidades que as metodologias feministas colocam à sua disposição, eventualmente por se desconhecer a multiplicidade de rostos que o feminismo usa e tendencialmente se escolher o rosto do feminismo radical (curiosamente o menos visível na ciência) como argumento para a recusa desta aliança.

As perspectivas feministas críticas e as metodologias que as corporizam trazem para as ciências sociais, em geral, e para a psicologia, em especial, análises mais responsáveis e menos pretensiosas da realidade. Análises mais responsáveis porque não adstritas à exigência de uma objectividade impossível de adquirir, porque não escravas de uma imparcialidade fictícia que serve apenas para escamotear as evidências: nós, investigadoras/es, fazemos parte do processo de investigação, trazemos as nossas “vestes” culturais, sociais, políticas e históricas para o processo, sofremos dos outros e causamos nos outros implicações, somos responsáveis pela ciência que produzimos, pelos discursos que cultivamos no quotidiano das pessoas e pelos efeitos que essas linguagens de poder têm nas suas vidas. Análises menos pretensiosas porque circunscritas nos espaços e nos tempos, não generalizáveis, forçosamente reflexivas e focalizadas na diversidade.

O *Empowerment* das pessoas, do nosso ponto de vista, passa também e sobretudo pelo poder que a ciência lhes pode e deve conferir: o poder de terem acesso ao conhecimento, o poder de entenderem o que podem fazer com ele e o poder de partilharem a responsabilidade da mudança social.

Como sugere Gergen (1994), ...“o papel mais importante da investigação em Psicologia deve ser estar ao serviço não de teorias abstractas, mas de problemas particulares de um determinado momento ou contexto e só nesta perspectiva a Psicologia poderá ter um potencial radical de transformação da vida social” (citado em Nogueira, 1996).

Referências

- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- Breuer, F., Mruck, K. & Roth, W. (2002). Subjectivity and Reflexivity: An Introduction. *Forum: Qualitative Research (Online Journal)*, 3(3). Disponível em 01/2004 em <http://www.qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>
- Breuer, F. & Roth, W. (2003). Subjectivity and Reflexivity in the Social Sciences: Epistemic Windows and Methodical Consequences. *Forum: Qualitative Research (Online Journal)*, 4(2). Disponível em 02/2004 em <http://www.qualitative-research.net/fqs-texte/2-03/2-03intro-3-e.htm>
- Crawford, M. & Marecek, J. (1989). Psychology constructs the female. *Psychology of Women Quarterly*, 13, 147-66.
- Crawford, M. & Kimmel, E. (1999). Promoting methodological diversity in feminist research. *Psychology of Women Quarterly*, 23, 1-6.
- Crawford, M. & Unger, R. (2000). *Women and gender. A Feminist Psychology*. Boston: McGraw-Hill.
- Collin, F. (1991). Diferença e diferendo. A questão das mulheres na filosofia. Em G. Duby & M. Perrot (Orgs.), *História das mulheres: O século XX* (pp. 315-349). Porto: Afrontamento.
- DeLamater, J. D. & Hyde, J. S. (1998). Essentialism vs. social constructionism in the study of human sexuality. *The Journal of Sex Research*, 35, 10-18.
- Fonseca, T. M. G. (1998). Epistemologia. Em M. G. Jacques, M. Strey, M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. Carlos & T. Fonseca (Orgs.), *Psicologia social contemporânea* (pp. 36-48). Petrópolis: Vozes.
- Garay, A., Iniguez, L. & Martinez, L. (2001). Perspectivas críticas en Psicología Social: Herramientas para la construcción de nuevas psicologías sociales. *Boletín de Psicología*, 72, 57-78.
- Gergen, M. (2001). *Feminist Reconstructions in Psychology. Narrative, Gender and Performance*. Thousands Oaks: Sage.
- Gonçalves, M. (1995). *Auto-conhecimento e acesso introspectivo: Do self reificado ao self narrativo*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia / Universidade do Minho.
- Gonçalves, M. (1997). Constructivismos, relativismo e avaliação psicológica. Em *Actas do Congresso Avaliação Psicológica: Formas e Contextos* (pp. 53-62). APPORT, Braga: Portugal.
- Harding, S. (1996). *Ciencia y feminismo*. Madrid: Morata.
- Hammarström, A. (1999). Why feminism is public health? *Scandinavian University Press*, 27, 241-244.
- Hill, J., Bond, M. A., Mulvey, A. & Terenzio, M. (2000). Methodological issues and challenges for a feminist community psychology: An introduction to a special issue. *American Journal of Community Psychology*, 28, 759-772.
- Ibáñez, T. (1994). *Psicología Social Construcionista*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- Johnson, P. & Cassell, C. (2001). Epistemology and work psychology: New agendas. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 74, 125-144.
- Kimmel, E. B. & Crawford, M. (2001). Methods of studying gender. *Encyclopedia of Women and Gender*, 2, 749-758.
- Miller, L. (2000). The poverty of truth-seeking. Postmodernism, discourse, analysis and critical feminism. *Theory and Psychology*, 10, 313-352.
- Nelson, G. & Prilleltensky, I. (2004). *Community psychology: In pursuit of wellbeing and liberation*. New York: Palgrave Macmillan.
- Neves, S. & Nogueira, C. (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: A (re)construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia e Sociedade*, 15, 43-64.
- Nogueira, C. (2003, outubro). Ter. ou .fazer. o género: o dilema das opções epistemológicas em psicologia social. *Conferência apresentada no XII Encontro Nacional da Abraps. Associação Brasileira de Psicologia Social*. Porto Alegre, Brasil.
- Ramazanoglu, C. & Holland, J. (2002). *Feminist methodology: Challenges and choices*. London: Sage.
- Reinharz, S. (1992). *Feminist methods in social research*. New York: Oxford University Press.
- Salzman, P. C. (2002). On reflexivity. *American Anthropologist*, 104, 805-814.
- Santos, B. S. (1998). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Afrontamento.
- Tittoni, J. & Jacques, M. G. (1998). Pesquisa. Em M. G. Jacques, M. Strey, M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. Carlos & T. Fonseca (Orgs.), *Psicologia social contemporânea* (pp. 73-85). Petrópolis: Vozes.
- Unger, R. (2001, junho). Dilemmas of power: Questions of all of us. *Comunicação apresentada na Bridging the Gap: Feminisms and Participatory Action Research Conference*. Boston College. Boston: USA.
- Worell, J. & Remer, P. (2003). *Feminist perspectives in therapy. Empowering diverse women*. New Jersey: Willey.

Recebido: 31/05/2004
 Última revisão: 21/10/2004
 Aceite final: 22/11/2004

Sobre as autoras

Sofia Neves é Professora Universitária, doutorada em Psicologia Social
Conceição Nogueira é Professora Universitária, doutorada em Psicologia Social